

OPoder popular

JORNAL

EDIÇÃO 106

Junho 2026

ANO 11

Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.

EDMILSON COSTA (PCB):

**POR UM PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO**

**ANTICAPITALISTA
PARA O BRASIL**



**Por Cuba e com Cuba!
Abaixo o imperialismo!**

EDITORIAL



EDITORIAL

POR CUBA E COM CUBA, ABAIXO O IMPERIALISMO!



Nota Política do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) ergue sua voz militante para denunciar mais uma ofensiva criminoso do imperialismo estadunidense contra a heróica Revolução Cubana. As acusações farsescas do governo de Donald Trump contra o comandante Raúl Castro não passam de uma operação política cínica, montada para justificar o recrudescimento do bloqueio, a perseguição econômica e as ameaças de agressão contra o povo cubano.

Aos 94 anos, Raúl Castro segue sendo um símbolo vivo da dignidade revolucionária, da resistência anti-imperialista e da luta incansável pela soberania dos povos. Sua trajetória histórica, construída ao lado de Fidel Castro e do povo cubano, está marcada pela defesa da independência nacional, da justiça social, da solidariedade

internacionalista e do socialismo. Atacar Raúl Castro é atacar a própria Revolução Cubana, é atacar o direito dos povos de construir seu próprio destino sem submissão ao imperialismo.

O imperialismo estadunidense jamais aceitou que uma pequena ilha socialista, bloqueada e sabotada durante décadas, fosse capaz de derrotar a fome, o analfabetismo, a submissão colonial e construir um sistema baseado na dignidade humana. Cuba continua sendo um exemplo para os trabalhadores, para a juventude e para todos os povos oprimidos do mundo. Por isso é perseguida. Por isso é atacada. Por isso é alvo permanente das conspirações do grande capital imperialista.

As acusações criminosas e delirantes do governo Trump não possuem qualquer legitimidade moral, política ou jurídica. São métodos típicos do fascismo e da política imperialista: fabricar inimigos, espalhar mentiras e criar um ambiente de guerra para justificar novas agressões contra nações soberanas. Depois de suas derrotas políticas e militares em diferentes partes do mundo, o imperialismo tenta demonstrar força ameaçando Cuba, acreditando que poderá intimidar um povo que há mais de seis décadas resiste com coragem, consciência política e espírito revolucionário.

Cuba não está sozinha. A Revolução Cubana pertence à história das lutas emancipatórias da humanidade. Cada ameaça contra

Cuba é uma ameaça contra todos os povos que lutam por soberania, justiça social e libertação nacional. Cada sanção imperialista revela o caráter bárbaro de um sistema baseado na guerra, na pilhagem e na exploração dos trabalhadores e das nações dependentes.

O PCB denuncia também a postura passiva do governo brasileiro diante das agressões contra Cuba. Em vez de assumir uma posição firme de solidariedade ao povo cubano, o governo brasileiro permanece subordinado à lógica diplomática da conciliação com os interesses das grandes potências.

O Partido Comunista Brasileiro reafirma com firmeza militante: todo apoio ao comandante Raúl Castro! Toda solidariedade à heróica Revolução Cubana! Exigimos o fim imediato do bloqueio econômico criminoso imposto pelos Estados Unidos contra Cuba e repudiamos qualquer tentativa de agressão militar, sabotagem ou desestabilização contra ilha socialista.

A história já demonstrou que os impérios passam, mas os povos em luta permanecem. Cuba resistiu, resiste e resistirá. O povo cubano não se ajoelhará jamais diante do imperialismo. E os trabalhadores do mundo saberão defender a pátria de Martí, Fidel, Che, Camilo e Raúl. ✊

**Abaixo o imperialismo!
Viva a Revolução Cubana!
Viva o internacionalismo proletário!**

Partido Comunista Brasileiro – PCB
Comissão Política Nacional

EXPEDIENTE

O Poder Popular, Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo. órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Conselho Editorial: Edmilson Costa, Antônio Lima Jr., Fabio Bezerra, Lucas Silva MTB 0092795, Nathália Mozer, Ricardo Costa, Roberto Arrais (jornalista responsável – 985/DRT – FENAJ).

Diagramação: Mauricio Souza

Colaboradores desta Edição: Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro/Baixada Santista, Comitê Regional do PCB - RJ, Edmilson Costa, Fundação Dinarco Reis, José Goulão (ABRILABRIL), Heitor Cesar, Lucas Silva, Mauro Iasi, Mava (UJC), Secretaria de Solidariedade Internacionalista do PCB e Thales Emmanuel (OPA).

Endereço Eletrônico: www.pcb.com.br **Contato:** pcb@pcb.org.br

Sede Nacional do PCB: Rua da Lapa, 180, Gr 801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20.021-180
Telefax.: (21) 2262-0855 e (21) 2509-3843.

COLUNA POLÍTICA

O FIM DA ESCALA 6x1 E O ESCRAVISMO HIPERTARDIO



Por Mauro Luis Iasi, membro do Comitê Central do PCB

(publicado originalmente no BLOG DA BOITEMPO)

O senhorzinho Tarcísio Gomes de Freitas, financiado em sua empreitada pelo mui respeitado presidiário Vorcaro e seu banco Master, disse que não se pode cuidar do trabalhador sem cuidar do empregador, que sofre com as mazelas da dura perseguição governamental. Não por outro motivo, os ocupantes da Casa de Leniência Parlamentar incrustada no centro da nação apresentaram iniciativas contra a ameaça das forças demoníacas que querem acabar com a escala 6x1, privando os cidadãos daquilo que lhes é mais caro, ou seja, o trabalho.

Diante do clamor do populacho, embriagado pela preguiça herdada da raça, que anseia por menos trabalho para se dedicar ao ócio, ao pecado e à libertinagem, os reais representantes do povo apresentaram certas medidas para, pelo menos, mitigar a inevitável agressão aos pobres empresários diminuindo a riqueza da pátria e, conseqüentemente, a parte que cabe a cada uma das forças vivas da nação como seu quinhão, doado em troca de favores e mesmo na produção de peças cinematográficas de irrefutável qualidade.

São exemplos de tais iniciativas a proposta de um prazo razoável para a implementação do

fim da escala 6x1 de dez anos, ainda que radicais tentem diminuir em cinco anos o período para tal implantação. Como parece inevitável tal retrocesso nas amistosas relações de trabalho, fundadas não em outra coisa senão no caráter benévolo do patronato e no efeito de séculos de miscigenação racial, se fazem necessárias certas medidas de compensação àqueles que venham a ser atingidos por tal dispositivo legal, ainda que ilegítimo.

Apenas com o intuito de contribuir com esta santa e patriótica iniciativa de nossos representantes, é que ousou apresentar algumas sugestões para que a inevitável tragédia do fim da escala 6x1 amenize os sofrimentos das castas que empreendem e, assim fazendo, engrandecem a Nação.

Uma vez que interrompeu-se o fornecimento de braços selvagens vindos da longínqua África, numa flagrante afronta ao direito de ir e vir e do livre comércio, forçando-nos a contar apenas com a natural e insaciável sexualidade do povo para a produção de crias, podemos propor, como regra de transição, que o fim da escala 6x1 passe a valer imediatamente apenas para aqueles que a partir da promulgação da lei venham a nascer, ganhando, assim, desde que do ventre se livrem, um dia a mais em sua semana.

No mesmo espírito cristão e humanitário, propomos que seja permitido um dia a menos de trabalho àqueles que alcancem a idade de 60 anos, com 35 anos de devida contribuição para homens e 30 para mulheres, para que possam

usufruir plenamente de sua vida junto aos membros da família que não estiverem trabalhando.

Finalmente, vencido o período de prudente transição de dez anos, certamente restabelecida a Monarquia, ou mesmo, se sorte tivermos, estando elevados à condição de Reino Unido aos Estados Unidos, que a princesa Laura Firmo Bolsonaro, em nome do mítico pai (que ainda se encontraria preso faltando-lhe cumprir 17 anos de sua injusta sentença) e de seus virtuosos irmãos – infelizmente envoltos em calúnias e mentiras –, assim como de sua cristianíssima evangélica mãe, a rainha Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, possa proclamar no dia 13 de maio do ano de Nosso Senhor de 2036 a abolição da escala 6x1, para a grandeza da Pátria e de Deus.

Todos os trabalhadores libertos, os jovens nascidos livres e os sexagenários, então com 70 anos, irão às praças e ruas saudar a princesinha nascida de uma fraquejada, festejando por dois dias, depois dos quais deverão retornar às senzalas e canaviais modernos oferecendo de bom grado sua força de trabalho por longos cinco dias por semana, até que alcancem a idade que a nova reforma da previdência estabelecerá para que possam, enfim, morrer ao lado da família – se não for no meio da semana. 🐘

Leia na íntegra:



CULTURA REVOLUCIONÁRIA

NOCA DA PORTELA: ENTRE A FOICE, O MARTELO E O PANDEIRO



No dia último 17 de maio, nos deixou, aos 94 anos, o cantor e compositor Noca da Portela, um dos grandes nomes da cultura popular brasileira.

Segundo nota de pesar divulgada pela diretoria da Escola de Samba de Oswaldo Cruz, "Oswaldo Alves Pereira, o Noca, chegou à Portela levado por Paulinho da Viola, na década de 1960. Integrou o Trio ABC da Portela, ao lado de Picolino e Colombo, e deixou sua marca em obras como Portela Querida, defendida por Elza Soares, e no samba-enredo O Homem de Pacoval, de 1976.

Noca venceu sete vezes a disputa de samba-enredo na sua escola do coração, marca que o coloca como um dos maiores vencedores da história da agremiação. Entre seus sambas vitoriosos estão: Recordar é viver (1985), Gosto que me enrosco (1995), Os olhos da noite (1998) e ImaginaRIO, 450 Janeiros de uma Cidade Surreal, de 2015.

Membro da Velha Guarda Show da Portela, Noca construiu uma obra com centenas de sambas e se tornou uma das personalidades

mais respeitadas do Carnaval carioca.

Camarada Noca, presente, hoje e sempre!

O Partido Comunista Brasileiro, através do Comitê Regional RJ, expressou sua enorme tristeza com a notícia do falecimento do camarada Noca da Portela. Além de sua destacada atuação na cultura brasileira, Noca nunca deixou de tomar partido, integrando o PCB, organização política que abraçou e da qual se declarou membro até seus últimos dias.

Solidário, fraterno e profundamente humano, carregava qualidades que também moldaram sua trajetória política. Noca nunca se omitiu diante das lutas sociais e populares. Foi uma das vozes presentes na campanha pelas Diretas Já, nos anos 1980, e manteve até o fim da vida seu compromisso com os ideais comunistas, reivindicando com orgulho sua militância no Partido Comunista Brasileiro, partido para o qual ele muito colaborou.

Em um dos shows, em 2017, em que revisitava sua trajetória artística, no palco do Teatro Rival, recebeu emocionado a bandeira do PCB, cantando abraçado a ela diante do público. Também foi a principal voz da Roda de Samba do Poder Popular, organizada pelo PCB e pela Fundação Dinarco Reis nas celebrações dos 100 anos da Revolução Soviética, em 2017, em plena Praça da Harmonia, centro do Rio de Janeiro.

Nós, comunistas, lamentamos profundamente a partida física do camarada Noca da Portela. Mas compreendemos que homens como ele não desaparecem: permanecem vivos em sua obra, na memória afetiva do povo brasileiro, nas rodas de samba, nas quadras das escolas e na história da classe trabalhadora.

Noca deixará saudades, mas sua obra é eterna e continuará viva nas rodas de samba e na memória da classe trabalhadora. ✊

Noca segue vivo entre a foice, o martelo e o pandeiro.

"...Praça Onze, berço das nossas fantasias

Deixa Falar deixou no peito a nostalgia

Dos ranchos, blocos e cordões

Dos mascarados nos salões

Pierrot beijando a Colombina

Chuva de confete e serpentina

Dos bondes, ficou a saudade

Ah! Que saudade

Do luxo das sociedades

Abram alas!

deixa a Portela pessoa

É voz que não se cala

É canto de alegria no ar"

Portela 1995 - Composição: Noca da Portela, Colombo, Gelson.

**ACESSE AS MÍDIAS DO
PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO**

- [youtube.com/@JornalOPoderPopular](https://www.youtube.com/@JornalOPoderPopular)
- [instagram.com/jornalopoderpopular](https://www.instagram.com/jornalopoderpopular)
- t.me/canalpcbnoticias

- x.com/OPoderPopular
- facebook.com/jornalopoderpopular
- opoderpopular.com.br



ACOMPANHE AS MÍDIAS DO JORNAL O PODER POPULAR:

[HTTPS://LINKTR.EE/JORNALOPODERPOPULAR](https://linktr.ee/jornalopoderpopular) e contribua pelo Pix JORNALOPODERPOPULAR@GMAIL.COM

MOVIMENTO POPULAR

ENTRE O SILÊNCIO E O SILENCIAMENTO**O que o Plebiscito Popular contra a chuva de veneno nos ensina**

Thales Emmanuel, militante da OPA e dirigente do PCB do Ceará

O Plebiscito Popular sobre a lei que autoriza a pulverização de agrotóxico por drones no Ceará foi concluído com quase 99% (2.2648 votos) das pessoas consultadas decidindo pela revogação imediata da lei. Enquanto as bases populares aprofundam seu entendimento e sentimento de revolta ante a gravidade da situação, no parlamento e no executivo, o silêncio cúmplice segue como regra.

Os microfones da Assembleia Legislativa e os do Palácio da Abolição parecem proibidos de tocar na pauta “Vontade do povo cearense de não ser envenenado”. Se desacreditam no Plebiscito Popular feito pelo movimento Revoga Já!, por que não realizam eles mesmos uma consulta oficial à população? Talvez falte o estímulo de drones cuspidos glifosato em suas cabeças.

O último trabalho com as urnas do Revoga Já! foi nas comunidades da Chapada do Apodi, no Vale do Jaguaribe, a região mais atingida pela chuva de veneno, lugar onde, em uma só comunidade rural, existem 90 crianças laudadas com autismo. Sem contar as que se encontram em processo de análise e as marginalizadas do atendimento médico. Pesquisas indicam que o aparecimento crescente de pessoas tipificadas com o espectro autista está diretamente relacionado à contaminação por agrotóxicos.

No colégio Pia Marta, localizado na comunidade Cabeça Preta, crianças passam horas inalando veneno lançado por drones a 40 passos de distância das salas de aula. Alguns falam em resolver o problema transferindo a escola para um local mais distante. No entanto, além das pessoas que moram nas redondezas, estudos provam que o agrotóxico jogado do alto é capaz de se espalhar por dezenas de quilômetros de seu ponto de lançamento. Afastar a escola para longe implica aceitar que o problema será resolvido com a expulsão progressiva da população trabalhadora nativa. Como é de regra no capitalismo, invertem-se os papéis: condena-se a vítima e premia-se o criminoso com a disponibilidade de mais terras.

O AGRO É DOENÇA, TERROR E MORTE

O clima de terror contra as comunidades da Chapada do Apodi, incluindo o assassinato de liderança, fez com que as pessoas preferissem não se identificar. Opinaram no Plebiscito sem colocar seus nomes na lista de participação. Elas não querem a presença dos drones da morte; elas querem ficar, a Chapada é seu lar, mas como a democracia em que vivemos é do tipo que acoberta e promove os crimes dos ricos capitalistas, o povo trabalhador protesta da maneira que pode, encontrando formas que não lhe antecipem a morte. E isso com a

plena consciência de que seus corpos não suportarão por muito tempo o agrotóxico introduzido.

Além do governador, 22 deputados se colocaram favoráveis à chuva de veneno. Um se absteve e 9 votaram contra. Destes últimos, à exceção de um, todos praticamente não tocaram mais no assunto depois de concluída a sessão plenária em que a lei fora votada. O posicionamento público contrário ao projeto só veio da parte do deputado Renato Roseno (PSOL), expoente inquestionável da luta institucional contra o agrotóxico.

O trabalho de base do Revoga Já! nos ensina que a luta contra os agrotóxicos é algo bem mais profundo que o esforço por se revogar uma lei que atenta descaradamente contra a vida. Mexer com a indústria do veneno e com o latifúndio que lhe sustenta o lucro é bulir com uma estrutura de poder, com a relação que se faz siamesa entre dominação econômica e dominação política. O povo que elege é o mesmo que é silenciado por decisão de seus “representantes”. Decisões tomadas para atender interesses de grandes empresários, não eleitos, mas que mandam e subjagam toda sociedade. 🗑️

Leia na íntegra:



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026

Edmilson Costa, pré-candidato do Poder Popular: “Por um projeto de desenvolvimento anticapitalista e anti-imperialista para o Brasil”



A dependência brasileira e os gargalos estruturais

Os dados negativos estruturais da balança de transações comerciais do Brasil decorrem de um conjunto de problemas com raízes históricas:

- 1) O controle de setores dinâmicos da economia pelo capital internacional;
- 2) O monopólio tecnológico que restringe um desenvolvimento autônomo e drena para o exterior parte da renda gerada internamente;
- 3) O controle dos circuitos da circulação de comercialização pelo capital internacional;
- 4) A especialização da economia à condição atual de exportadora de matérias-primas.

Em termos de economia política, o resultado da balança de transações correntes representa uma espécie de mapa contábil das relações de submissão ao capitalismo internacional, da superexploração dos trabalhadores e das trabalhadoras. O capital estrangeiro, mediante seus tentáculos internos e externos, se apropria do mais-valor produzido no interior do país e amplia a subordinação da economia brasileira aos centros mundiais do capital, cujo resultado é a reprimarização da economia e a regressividade das condições sociais da população brasileira.

O Brasil realiza parte do valor no mercado internacional através das exportações, mas a apropriação final do excedente é condicionada pelas relações de propriedade e de monopólio que operam acima dos interesses nacionais. A grande fragilidade dessa relação se

aprofundou com as privatizações das estatais brasileiras, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo processo aprofundou ainda mais a desnacionalização da economia, o domínio do capital monopolista nacional e internacional e criou a armadilha de déficits permanentes nas transações comerciais correntes.

Muito embora o Brasil tenha obtido, em 2025, um elevado superávit comercial, esse resultado positivo é cada vez menos apropriado pela economia brasileira. Além disso, grande parte desse superávit foi obtido com as exportações de commodities, um processo que, além de colocar o país na armadilha da especialização primário-exportadora, gera dois problemas estruturais: a) vulnerabilidade em relação aos preços internacionais, que oscilam frequentemente e deixam o saldo



comercial instável; b) a produção de commodities, além de não gerar encadeamentos tecnológicos como na indústria, reforça a importação de máquinas, equipamentos e insumos, intensificando a reprimarização da economia e evidenciando a forma pela qual o capitalismo internacional organiza a produção mundial: os países da periferia fornecem matérias primas e energia e os países centrais monopolizam os produtos manufaturados, a ciência, a tecnologia e as finanças.

Além disso, com a privatização das antigas empresas públicas brasileiras, o capital internacional passou a deter parcela expressiva do aparelho produtivo nacional e, desta forma, obteve o direito de enviar para o exterior lucros e dividendos, processo que se transformou num grande canal de drenagem do excedente econômico para fora do país. Ou seja, em termos econômicos, as relações de propriedade e o controle dos monopólios sobre setores estratégicos produtivos resulta num mecanismo clássico de dependência: produz-se internamente, mas acumula-se no exterior, o que tende a perpetuar os crescentes déficits nas transações correntes.

O segundo mecanismo do déficit estrutural ocorre na conta serviços (fretes, seguros, viagens internacionais, royalties, patentes, licenças etc.), variável que reflete a dificuldade de o Brasil desenvolver uma tecnologia própria. O Estado brasileiro, a serviço dos interesses capitalistas, desnacionalizou a frota da marinha mercante e, assim, o comércio exterior se tornou refém das empresas de logística e seguros internacionais. Ressalte-se ainda

que o pagamento por propriedade intelectual demonstra mais uma forma moderna de dependência qualitativamente superior, na qual a transferência de valor não ocorre apenas pela troca desigual de mercadorias, mas pelo controle monopolista do conhecimento. Ou seja, no capitalismo contemporâneo a propriedade intelectual funciona como mecanismo de controle dos estágios superiores da produção mundial, fato que limita estruturalmente as possibilidades de um desenvolvimento interno da tecnologia.

Durante muitos anos se justificou a busca do investimento externo direto (IED) como uma forma de desenvolvimento periférico, uma vez que esse capital criava produção interna e gerava desenvolvimento econômico. Isso pode até conter certos elementos de verdade, mas nas economias subordinadas, o IED aumenta o estoque de capital estrangeiro controlando setores estratégicos da economia, o que resulta na ampliação do passivo externo, ou seja, na remessa de lucros e dividendos para o exterior. Além disso, o IED geralmente traz tecnologia "caixa preta": o país recebe a planta, mas não obtém o comando do conhecimento. Na fase atual do capitalismo, o IED tem ainda mudado de qualidade: em vez de aumentar a produção, adquire ativos já existentes no interior da nação e vincula esses ativos às cadeias produtivas no exterior, aprofundando a subordinação da economia.

Romper a subordinação estrutural da economia brasileira ao capital monopolista

A subordinação estrutural da economia brasileira ao capital combina três fenômenos há muito observados pelos teóricos marxistas e mesmo não marxistas: a) a troca desigual, a partir da qual os países periféricos exportam grande volume de produtos primários e importam produtos manufaturados intensivos de conhecimento e tecnologia; b) a esse processo pode-se adicionar a superexploração da força de trabalho, que permite

e elevar a taxa de mais-valor, mas isso não se traduz efetivamente em acumulação interna porque o excedente é transferido para o exterior pelas relações de dominação do grande capital monopolista; c) como terceiro fator, pode-se acrescentar o monopólio do conhecimento e da propriedade intelectual, que é a forma superior de dominação, mecanismo que assegura permanentemente renda aos monopólios internacionais.

Em síntese, a reprimarização da economia que ocorre no Brasil e a emergência do padrão primário-exportador, longe de ser um fenômeno conjuntural, é a base material da subordinação da economia brasileira, processo que limita crescentemente a produção industrial interna, especialmente nas fronteiras tecnológicas, reforça a importação de bens de capital, insumos e tecnologia e aprofunda a vulnerabilidade externa diante das oscilações do mercado mundial de commodities, como ocorreu na década passada.

Portanto, a superação desses gargalos estruturais não é uma questão técnica, mas uma decisão histórica e política vinculada à necessidade de romper com a dependência econômica e com a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Enquanto o país não recuperar o controle de sua produção, reconstruir sua capacidade industrial e tecnológica, romper as relações subordinadas com os circuitos superiores da acumulação e garantir salários dignos aos trabalhadores e às trabalhadoras, permanecerá preso às amarras impostas pelo grande capital. É necessário lutar por um projeto de desenvolvimento anticapitalista e anti-imperialista, baseado nos interesses populares e da classe trabalhadora, na perspectiva da construção do socialismo, que seja capaz de transformar o imenso potencial do Brasil em realidade concreta para a população. ✊

***Edmilson Costa** é doutor em economia pela Unicamp, Secretário Geral do **PCB** e pré-candidato a presidente da República

COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO

QUANDO A VIOLENCIA CONTRA A MULHER VIRA REGRA



Cerca de quatro mulheres são assassinadas por dia no Brasil em razão da violência de gênero. Crianças e adolescentes seguem sendo violentadas cotidianamente. O Brasil vive uma conjuntura marcada pela intensificação dessa violência e pela rearticulação de ideologias regressivas. Fenômenos como a chamada “machosfera” (ambiente digital que reúne conteúdos e grupos que promovem a superioridade masculina e atacam o feminismo), o universo redpill (comunidades que difundem a ideia de que os homens estariam sendo prejudicados pelas mulheres) e iniciativas que buscam restaurar uma suposta autoridade masculina não podem ser tratados como meras manifestações culturais ou comportamentais.

Tais espaços se organizam em torno de valores que combinam a naturalização da desigualdade entre homens e mulheres, a defesa da autoridade masculina no âmbito da família, a desqualificação das lutas por direitos e a ideia de que relações sociais devem ser pautadas pela dominação e pela competição. A autonomia feminina é apresentada como ameaça, enquanto a submissão é revalorizada como ordem natural.

Essa ofensiva não se limita ao ambiente digital. Ela também se expressa em segmentos religiosos que difundem valores visando reforçar hierarquias de gênero e restringir direitos. Em nome da defesa da família e da moralidade, são mobilizadas concepções que reafirmam a submissão feminina, deslegitimam a autonomia das

mulheres e atacam conquistas históricas.

A luta das mulheres conquistou avanços importantes no campo institucional. A Lei Maria da Penha representou um marco ao reconhecer a violência doméstica como violação de direitos e estabelecer mecanismos de proteção. Mais recentemente, iniciativas em debate no Congresso buscam incluir propostas que reconhecem a misoginia como forma específica de violência e articulam ao campo dos direitos humanos.

No entanto, a existência de leis e pactos não elimina, por si só, as condições que produzem a violência. A permanência de índices elevados de feminicídio, estupro e assédio revela os limites de respostas que não enfrentam as bases materiais e ideológicas dessa realidade. A violência assume contornos ainda mais brutais quando se trata de mulheres trans e travestis, frequentemente excluídas do mercado de trabalho formal e empurradas para formas extremas de precarização. A vulnerabilidade a que estão expostas revela como a sociedade reage a corpos que rompem padrões estabelecidos. Reconhecer essa realidade não fragmenta a luta; amplia sua compreensão.

Por que as mulheres precisam se organizar

Apesar dos avanços tecnológicos que ampliaram ainda

mais a capacidade produtiva sob o capitalismo e permitiriam reduzir as jornadas de trabalho, o que se observa é a intensificação do trabalho, a precarização da vida e a concentração de renda e riqueza. A luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial está diretamente ligada às condições de vida das mulheres, que enfrentam jornadas extensas e acumulam responsabilidades que limitam sua participação política e social.

A história das mulheres demonstra que essa realidade sempre foi enfrentada por meio da organização coletiva. Em diferentes momentos, estiveram na linha de frente das lutas sociais, transformando a luta pela sobrevivência em ação política. O desafio é explícito: não se trata apenas de denunciar a violência, mas de enfrentar suas causas estruturais.

Organizar as mulheres, ampliar sua presença nos espaços de decisão e fortalecer sua atuação nas lutas sociais é tarefa urgente. Porque não haverá emancipação possível sem enfrentar o patriarcado e o capitalismo. E não haverá transformação real sem a ação consciente e organizada das mulheres trabalhadoras. ♡

Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro/PCB Santos

Leia na íntegra:



A LUTA ANTIFASCISTA

O ANTIFASCISMO PECEBISTA



Por Lucas Silva - membro do Comitê Central do PCB

Chegamos cada vez mais perto de outubro de 2026. A conjuntura segue agitada, reflexo da crise capitalista e seguimos sofrendo com todo entulho e chorume da grande burguesia interna e internacional. O bolsonarismo, a principal corrente política do neofascismo brasileiro, segue forte, com enraizamento social e com competitividade eleitoral, como bem demonstram as principais pesquisas eleitorais.

Diante de toda essa dificuldade, os discursos de frente ampla, de atrair o “centro”, de dialogar com o outro lado se espalham nas bocas das direções social-democratas, repetindo como papagaios que a ampla frente articulada com os setores mais atrasados e a direita foi fundamental para a vitória de 2022.

As posições do PCB a respeito de 2022 são conhecidas e, na nossa visão, não cabe às organizações revolucionárias o papel de conselheiros do governo e do PT, até porque o que restou da esquerda do PT (como Breno Altman, Valter Pomar, Maria Carloto, José Genoíno e cia) cumpre esse papel, com muito mais competência do que jamais faríamos.

O perigo da ameaça fascista é latente, e o fascismo para nós do PCB representa a ditadura aberta do grande capital nacional e internacional, cujo objetivo é intensificar a exploração da nossa classe, massa-

crar qualquer tipo de resistência e organização popular e destruir os direitos sociais conquistados pelos/as trabalhadores/as nos últimos 80 anos. Portanto, o fascismo é a face mais brutal e nua do capitalismo, e o principal inimigo da classe trabalhadora brasileira na última década.

Frente a um inimigo desses, a unidade política da classe trabalhadora é primordial, e acreditamos que o principal instrumento para essa unidade é a constituição de uma frente única proletária, que agregue as mais variadas representações populares da nossa classe, sobretudo os movimentos populares, sindicatos, partidos políticos, entidades estudantis, entre outras.

Organizar a luta antifascista é combater o capitalismo

Essa frente única precisa ter como bandeiras os interesses da nossa classe no combate ao fascismo, sobretudo a defesa das liberdades democráticas e de organização, junto com um programa econômico robusto que atenda as demandas populares.

Mas essa defesa das liberdades democráticas não pode ser confundida com a defesa abstrata da democracia, reproduzindo o jargão rebaixado “civilização ou barbárie”, pois isso acaba diluindo as contradições de classe e reforçando a defesa do sistema que está aí, a democracia

dos ricos que justamente pariu o neofascismo e preparou a estrada para o seu crescimento.

É preciso defender bandeiras que confrontem a ordem atual e derrotem o neoliberalismo, conquistando ganhos reais para nossa classe, como a estatização do sistema financeiro (cujos setores são um sustentáculo do bolsonarismo), a reforma agrária popular (trazendo comida barata na mesa do povo e quebrando o agronegócio enquanto classe, outro alicerce do fascismo no Brasil), a redução da jornada de trabalho para 30h, educação em tempo integral e a completa desmilitarização da segurança pública (para dialogar com o proletariado negro e feminino, alvos preferenciais do fascismo), entre outras bandeiras importantes. Também é fundamental estimularmos cada vez mais políticas de segurança e autodefesa das organizações populares, sobretudo das mulheres, alvos preferenciais das hordas fascistas (como os movimentos misóginos tipo redpill), acumulando forças para passarmos a uma ofensiva estratégica.

Uma ferramenta importante para dar consequência à constituição dessa frente (ou frentes) é a realização de um ou mais Encontros da Classe Trabalhadora (ENCLAT), de modo a construirmos um programa de lutas verdadeiramente antifascista na organização da classe trabalhadora, para avançar e destruir o verdadeiro criador do fascismo: o modo de produção capitalista. 🗡️

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA HOJE



A extensão universitária, tal como vem sendo praticada, explicita um descompasso cada vez maior entre o que a universidade afirma ser e aquilo que, de fato, se realiza. Mesmo que ainda o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão permaneça como um referência formal, o cotidiano acadêmico revela uma fragmentação ainda persistente, no qual a extensão ocupa, quase sempre, o lugar mais frágil dentro das instituições de ensino superior (IES). Não se trata apenas da falta de recursos ou de reconhecimento institucional, mas sim de um rebaixamento político do seu papel, que a empurra ora para o assistencialismo, ora para a lógica de mercado.

Quando a extensão se reduz a ações pontuais, descoladas de processos mais amplos, ela tende a assumir um caráter paliativo: intervém nos efeitos das desigualdades sem tocar verdadeiramente as suas causas. Quando subordinada a editais, convênios e demandas externas, passa a operar como prestação de serviços, ajustando-se a interesses que pouco têm a ver com as necessidades reais da população.

A extensão que precisamos hoje é, antes de tudo, aquela que rompe com o assistencialismo: não se trata de “levar” conhecimento às comunidades, como se estas fossem espaços vazios à espera da intervenção universitária. A

extensão popular, ao contrário, parte do reconhecimento de que o conhecimento também (e principalmente) é produzido fora dela, nas práticas cotidianas, nas formas de organização coletiva, nas experiências de luta. O que se propõe, portanto, é uma relação horizontal, em que universidade e povo construam juntos respostas para problemas comuns.

Por isso experiências concretas ganham relevância, quando estudantes se organizam em cursinhos populares, quando núcleos de assessoria jurídica atuam junto a comunidades em luta por moradia, quando projetos de saúde se inserem em territórios periféricos ou quando iniciativas de comunicação popular disputam narrativas com os grandes meios, não estamos diante de ações isoladas, quando na prática fortalecem e constroem o poder popular nas suas áreas de atuação.

A gestão do reitor comunista Horácio Macedo

A experiência da gestão de Horácio Macedo na UFRJ, ainda que situada em outro contexto histórico, ajuda a ilustrar que esse caminho é possível. Ao integrar a extensão de forma orgânica às demais atividades da universidade e ao direcionar para as comunidades populares, o camarada demonstrou que a universidade pode, sim, assumir um papel ativo nas lutas populares. Evidenciou ainda que a extensão, quando orientada por um projeto político definido, é capaz de

reconfigurar a própria instituição.

A extensão de que precisamos hoje é aquela que não se limita a administrar a crise gerada pelo capital, mas que se coloca ao lado daqueles que a enfrentam cotidianamente. É aquela que não transforma a realidade em objeto, mas que se insere nela como parte ativa. É aquela que, ao invés de reproduzir a ordem existente, contribui para tensioná-la.

Assim, falar de extensão popular hoje é falar de um projeto de universidade que se recusa a ser neutra, que assume posição e que se reorganiza a partir das necessidades do povo. Não como um gesto pontual ou uma política setorial, mas como eixo estruturante de uma outra forma de produzir conhecimento, uma forma que, ao invés de servir à acumulação, esteja comprometida com a transformação radical e com a construção de novas possibilidades históricas. ✊

LUTAR, CRIAR, EXTENSÃO POPULAR!

Por **Mava**, diretor de Extensão Universitária da União Nacional dos Estudantes (UNE), militante da União da Juventude Comunista (UJC) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Leia na íntegra:



PALESTINA LIVRE E SOBERANA

NAKBA: O HOLOCAUSTO PALESTINO



Por José Goulão – ABRILABRIL

No dia 15 de maio de 1948, há 78 anos, enquanto as grandes potências e o chamado «mundo civilizado» apadrinhavam a instauração do Estado de Israel no interior do Oriente Médio, o milenar povo da Palestina vivia já há mais de ano o martírio do assassinato indiscriminado, da violência sem dó e do exílio forçado.

No curto período de quatro anos, até o início da década de cinquenta, mais de 800 mil seres humanos nascidos e criados na Palestina, os herdeiros de uma civilização culta e guardiã de uma multifacetada tradição moldada pelos numerosos grupos étnicos, de diferenciadas origens, que ali se cruzaram, foram obrigados a deixar os seus lares, bens e terras.

O exílio foi penoso, degradante, arrasador. As populações palestinas expulsas das suas casas, cidade, vilas e aldeias foram obrigadas, na maioria dos casos, a longas marchas em condições climáticas terríveis, carregando os restos dos haveres que lhes foi possível salvar em veículos precários e às costas, submetendo-se à humilhação da soldadesca sionista.

Vários relatos registrados, até por soldados que participaram nas operações, revelam que houve

casos, e não foram poucos, em que os capangas roubaram os bens mais valiosos de numerosos exilados. Mulheres e homens conduziam as crianças pela mão e os adolescentes foram forçados a se tornarem adultos de um momento para o outro.

Muitos dos expulsos, sobretudo mulheres e crianças, morreram durante a caminhada antes de chegarem aos destinos: campos de refugiados ainda em construção na Jordânia, na Síria, no Líbano e também na própria pátria, mas em lugares distantes das suas origens. Os campos de refugiados eram «temporários», mas até hoje não deixaram de crescer em número habitantes e áreas ocupadas. São espaços miseráveis, degradantes, humilhantes, apesar dos esforços para lhes introduzir melhoramentos feitos pelos habitantes e por instituições internacionais, designadamente a agência da ONU para os refugiados palestinos, a UNRWA. A qual, por esse motivo, é cada vez mais perseguida pelo governo e as tropas de Israel.

A Nakba continua existindo

As organizações palestinas designaram o drama do exílio e do extermínio decorrente da criação do Estado sionista como a Nakba – a catástrofe, a tragédia, na verdade

um holocausto. Tendo em conta que a perseguição, o exílio e o extermínio do povo prosseguem hoje nos territórios palestinos que Israel ainda não conseguiu ocupar na totalidade – Cisjordânia, Jerusalém Leste e Gaza – é legítimo dizer que a Nakba continua a ser um processo terrorista admitido, incentivado e com a participação do imperialismo dos EUA e seus aliados.

Hoje mais de 10 milhões de palestinos são forçados a viver no exílio. Palestinos com direito à sua terra são não apenas os sobreviventes do primeiro suplício, mas também todos quantos deles nasceram, para os quais a pátria roubada continua a ser a única referência. Nos lugares que lhes pertencem continuam a se instalar pessoas que nada têm a ver com o território, simples intrusos que se apropriaram e apropriam de terras alheias.

O sionismo persegue o povo palestino a ponto de pretender eliminá-lo, mantém uma guerra permanente contra o Líbano, ataca a Síria todos os dias, além de ocupar cada vez maiores áreas deste país. São conhecidos, da mesma maneira, numerosos atos de agressão contra o Iraque e, direta ou indiretamente, contra o Iêmen. A perseguição, a violência e o assassinato contra povos e comunidades semitas é o dia-a-dia do sionismo. ✎

FUNDAÇÃO DINARCO REIS



FERNANDES, Luís Eduardo. (org). Introdução ao Imperialismo Tardio. Rio de Janeiro: Ruptura, 2022.

Assim nos diz Mauro Iasi:

“Alguns debates políticos e acadêmicos, por vezes, tentam decretar a morte de um determinado conceito. A razão alegada são as profundas mudanças históricas presenciadas, o que levaria à necessidade de novos conceitos que o substituíssem. Para nós, marxistas, não há dúvidas de que os conceitos são a expressão do real, de forma que, como dizia Lukács, não podem ser tratados como realidades imutáveis ao gosto do dogmatismo positivista.

Entretanto, nada na história é sempre absolutamente novo, de maneira que conhecemos mudanças de forma que abrigam a mesma substância, enganando os mais desatentos. O contexto histórico atual tem tido uma imensa capacidade de desorientar os incautos e mesmo analistas respeitadas. Tudo que é sólido se evanece no ar, e o mundo se torna pós-capitalista, pós-industrial, pós-moderno... com isso perderiam o sentido conceitos como 'classes', 'ideologia' e 'imperialismo'.

O mundo e a história, em constante mudança, desafiam nossa compreensão. A única maneira de enfrentar esse dilema é a precisa análise que se debruça sobre as determinações, nos permitindo ir da aparência caótica do todo até as relações e determinações complexas. Quando o conhecimento não tende à totalidade ele pode se enganar com um ou outro aspecto que se mostra mais evidente.”

Dáí a necessidade de aprofundar o estudo e o debate em torno do conceito de imperialismo, para o que a Fundação Dinarco Reis busca contribuir com a promoção deste curso online.

CURSO IMPERIALISMO: CONCEITO E DEBATE

COM MAURO IASI, VIRGÍNIA FONTES E SOFIA MANZANO

Com o Prof. Mauro Luis Iasi

Programação:

DIA 03 DE JUNHO (quarta): Aula 1. Introdução ao debate sobre imperialismo. A construção de um conceito. As fases do capitalismo, a queda tendencial da taxa de lucro e a crise, o desenvolvimento combinado e desigual.

DIA 10 DE JUNHO (quarta): Aula 2. Contexto histórico, crise e revolução. O imperialismo como etapa superior do capitalismo: a elaboração de Lenin. Concentração e centralização do capital. O capital financeiro e a oligarquia financeira. Exportação de capitais e a partilha do mundo.

DIA 17 DE JUNHO (quarta): Aula 3. Implicações políticas do conceito de imperialismo. O debate entre Lenin e Kautsky. O PCB, a teoria das etapas e o imperialismo: afinal, o imperialismo entrava no desenvolvimento das formações sociais transformadas em áreas de influência?

DIA 24 DE JUNHO (quarta): Aula 4. Imperialismo e parasitismo: uma pista para o mundo contemporâneo. Imperialismo e luta de classes, a aristocracia operária, amoldamento ou ruptura?

O capital imperialista como forma contemporânea do capital e suas implicações. Convidada: Virgínia Fontes

DIA 02 DE JULHO (quinta): Aula 5. Imperialismo hoje: um conceito ainda válido? O debate sobre a geopolítica mundial contemporânea e o imperialismo, imperialismo e América Latina, imperialismo e Brasil. A forma atual da disputa imperialista na nova ordem geopolítica mundial. Convidada: Sofia Manzano

Valor: R\$ 100,00 (parcelados no cartão)

Inscrições pela Plataforma Even3:



Leitura básica: LENIN, Vladimir. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

Leitura Complementar:

- MARX, Karl. O Capital. Volume III, seção III: A lei da queda tendencial da taxa de lucro, capítulos 13 e 14. São Paulo: Boitempo, 2017.

- FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital imperialismo. Ed UFRJ, 2010.



APOIE A FUNDAÇÃO DINARCO REIS:
Faça um Pix: **04345176000136**

